

SIMPÓSIO MERCADOS DE PROTEÇÃO E GOVERNANÇA DA SEGURANÇA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

12 a 14 de junho de 2019

GT 1: GOVERNAÇÃO MULTICÊNTRICA DA SEGURANÇA

Micro Empreendedorismo: A Força do Trabalho na Segurança Privada

David Rodrigues Menezes

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas
(FCA/Unicamp).

Susana Durão

Professora Doutora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)

Micro empreendedorismos: a força do trabalho na segurança privada

David Rodrigues Menezes¹
Susana Durão²

Resumo: Nas últimas décadas o medo e a insegurança urbana tornam-se terreno fértil para a proliferação de negócios privados em torno da promoção da segurança nas cidades paulistas. Nesse contexto, os policiamentos e vigilâncias locais apresentam formas de organização e atuação cada vez mais plurais, fragmentadas e privatizadas, articulam velhas modalidades de controle social privado e estatal, para além de definições legais e ilegais no que tange a atuação mercantil. Partindo desta problemática, este estudo busca lançar um olhar sobre as variadas formas que assume a segurança - mais especificamente a vigilância residencial - em uma cidade do interior paulista. Por meio da análise empírica e etnográfica do que chamamos de *empreendedorismo securitário*, foram analisadas as dinâmicas de vigilâncias socialmente autorizadas em três diferentes níveis: i) “guardinhas” e/ou “autônomos”; ii) empresas de vigilância e iii) associações de moradores. Em todos os níveis de organização, foi possível verificar o envolvimento direto e indireto de agentes da segurança pública no planejamento e execução das atividades de vigilância, evidenciando a importância destes atores na composição das redes de policiamento plural.

Palavras-chave: segurança; vigilância residencial; empreendedorismo; vigilantismo.

Introdução.

Nas últimas décadas, o medo e a insegurança urbana tornam-se terreno fértil para a proliferação de negócios privados em torno da promoção da segurança nas cidades paulistas (CALDEIRA, 2000; CUBAS, 2005; FERNANDES e RÊGO, 2011; ZANETIC, 2013). As sociedades contemporâneas, e o Brasil não é exceção, apresentam cada vez mais formas plurais, fragmentadas e privatizadas no que tange aos policiamentos e vigilâncias locais.

Dentre as principais mudanças no policiamento contemporâneo, a expansão da segurança privada e a multiplicidade dos formatos de policiamento podem ser consideradas as mais marcantes (ZANETIC, 2010). Mesmo sendo os serviços de segurança privada elemento fundamental para o entendimento da organização e da vida nas cidades, pouco se sabe a respeito da dinâmica de funcionamento deste mercado bem como da multiplicação da oferta desses serviços verificada nos últimos

¹ Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); mnzs.david@gmail.com.

² Profª Doutora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); ssbdurao@gmail.com.

anos. Tem sido percebido que o mercado empresarial da segurança privada não parou de crescer nas últimas décadas até 2016, ano que registrou leve queda (0,8%) no número de empresas registradas, ante o crescimento significativo de 12% entre 2012 e 2016 (FENAVIST, 2017).

Autores contemporâneos como Garriott (2013) e Comaroff (2013) consideram não ser mais possível seguir a histórica ortodoxia weberiana, que entende o policiamento como produto do monopólio da coerção legítima exercida pelo estado (WEBER, 1978). Portanto, apontam que o tradicional destaque dado à polícia enquanto instituição responsável pela segurança pública, vem sendo transferido para o policiamento, ou seja, para o conjunto de atividades desempenhadas por uma variedade de atores sociais, e entendida hoje como um conjunto de práticas de vigilância e controle das atividades humanas, associada à ameaça de sanção dos desvios descobertos (DURÃO e DARCK, 2012). Há ainda quem analise as redes do policiamento a partir do prisma da prevalência de conexões confusas entre diferentes forças de segurança e usos da força, ou então do ponto de vista da pluralidade e amplitude deste fenômeno social, relacionado a outras expressões como o controle, a regulação e a coerção (HUGGINS, 2010).

Não é pouco comum que associado a este mercado esteja a discussão sobre a legalidade da sua atuação. Conforme afirmou o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP, das cerca de 1200 empresas que atuavam no estado de São Paulo em 2012, 800 delas estavam em condição de clandestinidade (PORTAL G1, 2012). Ou seja, 2/3 das empresas atuantes no ano analisado escapavam ao setor formal da economia e, portanto, do controle estatal. O número de trabalhadores atuando na condição de clandestinidade também é digno de nota: cerca de 2 milhões de pessoas, dos quais parte significativa possui vínculos com a Segurança Pública, segundo o SESVESP.

Todavia, as novas formas de segurança privada empresariais existem *tête-a-tête* com velhas modalidades de controle social privado e estatal. Ou seja, os mercados da proteção privada vão muito além da divisão entre definições legais e ilegais da atuação mercantil. O nosso ponto é que raramente o estudo de formatos de policiamento plural das vigilâncias locais de bairros são perspectivados a partir de suas dinâmicas empreendedoras. É muito mais comum que estes sejam classificadas como grupos de atuantes nebulosos na segurança privada, informais,

ilícitos ou, na melhor das hipóteses, desregulados. Nesta comunicação pretendemos mudar o tom e deixar de lado a discussão sobre contornos legais e quadros regulamentadores dos mercados.

Os policiamentos plurais, tal como existem na vida urbana brasileira, obrigam a ultrapassar, empírica e teoricamente, noções de entendimento da segurança como pública ou privada, de abrangência legal ou ilícita. Por um lado, as práticas de policiamento de estado são cada vez mais vistas como negócio, assim como muitos agentes de estado permeiam, como veremos, organizações e associações de segurança privada, procurando neles empreender seus saberes e redes. Por outro lado, o mercado das proteções privadas inclui disputas e competições mercantis por legitimidades que estão para além dos enquadramentos normativos. Os casos e formatos das redes que descrevemos nesta comunicação permitem observar e descrever embriões desta confusão como sendo uma confusão produtiva – a que chamamos empreendedorismos securitários. Em meios onde o trabalho e a exaustão do corpo, no acúmulo de horas de trabalho, é o caminho mais frequentemente trilhado por trabalhadores pobres para conseguir ganhos extra salariais e almejar atingir estilos de vida de classe média, a luta pelo trabalho na vigilância privada torna-se em si mesma legitimada. Nestes meios se incluem maioritariamente os policiais fardados e armados.

Nesta comunicação buscamos explorar as dinâmicas intermédias e mistas de vigilância residencial em cidades brasileiras, baseando-nos, sobretudo nos formatos de “redes de policiamento” menos estudados pela literatura: vigilâncias socialmente autorizadas em três níveis: “guardinhas” ou o que chamamos de autônomos trabalhando por livre iniciativa ou em pequenos grupos oficialmente não registrados em cidades do interior paulista; pequenas empresas de vigilância residencial; associações de moradores que subcontratam policiais e agentes estatais para incorporar o serviço de vigilância de bairro.

Ao longo de um ano e meio pudemos acompanhar as atividades de grupos cujo objetivo era oferecer serviços privados de vigilância residencial – atividades às quais aqui definimos como micro empreendedorismos de segurança. A pesquisa decorreu de um projeto PIBIC/CNPq UNICAMP e do projeto “Policiamento e Imaginários Urbanos: Novos formatos de segurança em cidades ao sul” (FAPESP: 2014/199895), coordenado por Susana Durão. A maior parte da pesquisa de campo a que aqui nos referimos foi conduzida por David Menezes.

Nossa pesquisa de campo se focou principalmente em bairros do distrito de Barão Geraldo, habitados por cerca de 55 mil pessoas, além de uma população flutuante de 150 mil, atraída pelas universidades e pelos complexos hospitalares e polos industriais. As atividades de vigilância de rua acompanhadas ao longo da pesquisa vão desde os afazeres rotineiros mais simples - como atender os telefonemas dos moradores que solicitam proteção - até os mais complexos - como participar do patrulhamento das ruas, de perseguições e de incursões em busca de possíveis suspeitos.

Formatos do micro empreendedorismo.

Os grupos e redes de policiamento que aqui buscamos analisar são compostos por pessoas que atuam no planejamento, venda e execução de serviços privados voltados à vigilância residencial e proteção de bens. Estes grupos atuam de forma coletiva e organizada, realizando o que chamam de “patrulhamento preventivo”, ou seja, desenvolvendo ações que visam a antecipação à ação criminosa dentro de uma determinada circunscrição geográfica.

Os profissionais que desempenham tais tarefas são aqui lidos como *vigilantes* no sentido em que promovem um tipo de policiamento vigilante, sendo pagos para proteger. De forma geral, esses agentes são, como pretendemos demonstrar, trabalhadores da segurança pública e privada que, de modo mais ou menos organizado, decidiram atuar na área da segurança privada, aproveitando-se dos recursos disponíveis: o porte de arma de fogo, o status de polícia, a experiência empírica de patrulhamento e a rede de relações com outros agentes de segurança adquiridos ao longo de anos de atuação. Dentre os agentes públicos que atuam neste tipo de serviço, é possível encontrar Policiais Militares, Cíveis e Federais, Guardas Municipais, Militares do Exército Brasileiro, Bombeiros Militares e Agentes de Segurança Penitenciária. Ainda que em número menor, há também os agentes vindos de empresas privadas, como por exemplo, vigilantes, porteiros e bombeiros civis.

Com idade entre 30 e 60 anos, muitos desses agentes, homens, seguem atuando em sua corporação de origem e buscam no trabalho extra da vigilância privada um complemento a sua renda mensal. O baixo salário recebido em contraposição ao elevado custo de vida que a posição de policial requer é a justificativa mais recorrente desses agentes para desempenharem funções extra

turno de trabalho. É o trabalho extra que lhes permite residirem em um “bom” bairro, não periférico, ter um “bom” carro e frequentar lugares distantes da sua área de atuação profissional, tudo por uma questão de segurança. O regime de trabalho ao qual a maioria do pessoal da segurança está inserido – 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso - contribui para que possam conciliar outras atividades para além do trabalho nas suas corporações. A vigilância privada adotou os mesmos horários, o que facilita o trabalho dos policiais nos domínios da proteção privada, o que é chamado de “bico”: o trabalho policial extra e de caráter privado, podendo este envolver todo o tipo de serviço e soluções policiais ambíguas. Muitos daqueles que conhecemos são policiais em tempo integral, com segunda, terceira e até quarta jornada de trabalho em um mesmo dia.

Os grupos de proteção privada residencial que acompanhamos dividem-se em três diferentes categorias de acordo com o modo de organização e perfil de seus profissionais: *vigilantes autônomos*, *empresas de segurança* e *associações de segurança*. As duas primeiras estão diretamente relacionadas à venda de serviços no mercado de segurança, uma vez que se assumem enquanto iniciativas empresariais que buscam cada vez mais a expansão do território de atuação e o aumento do número de clientes. Já a terceira categoria enquadra os serviços custeados por associações de bairro que, por meio das mensalidades pagas por seus associados, subcontrata agentes de segurança pública para realizar o policiamento local, mediante pagamento por número de horas realizadas. Os últimos possuem uma maior e mais complexa estrutura de funcionamento, atendendo mais moradores e envolvendo um grande número de profissionais e redes mistas de segurança – pelo que obriga a um detalhamento etnográfico maior.

Vigilantes autônomos.

Os serviços prestados pela figura do vigilante autônomo - também conhecido como guarda de rua, guarda noturno ou “guardinha” -, é o tipo mais comum de vigilância nos centros urbanos e está presente na maioria dos bairros que investigamos, inclusive presente em muitos meios mais periféricos e pobres. Geralmente, trata-se de uma iniciativa de cooperação, onde um pequeno grupo de pessoas se une para compartilhar a responsabilidade da segurança em uma determinada região, que pode ir de uma única rua a bairros inteiros.

Esta forma de trabalho se caracteriza pela ausência da relação de emprego, onde há empregador e empregado, e se aproxima da noção do profissional liberal e do microempreendedor. Os agentes de segurança são, ao mesmo tempo, os gestores e executores do serviço: realizam o patrulhamento, recebem os pagamentos, divulgam seus serviços e prospectam novos clientes. Este tipo de negócio não requer grande investimento, pois poucos são os recursos empregados, uma vez que utilizam seus veículos particulares (carros ou motos) e celulares para comunicação rápida com moradores, polícia e outros agentes. É raro observar o uso de armas de fogo, pois a maioria desses trabalhadores são pessoas com pouca e até nenhuma experiência na área da segurança.

Dentre os serviços oferecidos por eles está a ronda noturna, vigilância residencial e patrimonial, escolta de moradores que caminham a pé pela rua e o acompanhamento da chegada e saída dos carros de suas garagens. Por este serviço, cobram um valor mensal que varia entre R\$ 40,00 e R\$ 80,00 por residência, valor considerado baixo em comparação com aqueles cobrados por outros grupos de segurança organizados ou por estruturas de zeladoria, síndico, portaria e vigilância 24 horas. Esta é, por certo, a forma mais precária de trabalho, pois os guardinhas atuam sozinhos ou em um número pequeno de pessoas, durante longas jornadas que podem durar 24 horas por dia em alguns casos, sem uma sede própria, banheiro ou lugar para descanso com abrigo do sol e da chuva.

Micro-empresas de segurança.

As empresas de segurança de bairros são organizações mais estruturadas do ponto de vista material e organizacional, em geral possuem um nome fantasia (comercial) evocando a segurança, um ou mais proprietários que, em sua maioria são policiais, e um quadro de funcionários com divisão entre as funções administrativas e operacionais. Muitas vezes, quando o nome de uma empresa privada fica “queimado” no mercado, a empresa mantém o CNPJ e razão social, mas altera seu nome comercial para poder voltar ao mercado se livrando da memória associada ao nome. Nas empresas de segurança privada de pequeno porte, esta dinâmica é comum. A forma contratual é o trabalho assalariado com ou sem carteira assinada, com base no piso salarial e direitos da categoria de vigilante ou controladores de acesso. Aqui, ao contrário das outras categorias, há uma relação evidente entre empregador e empregado.

Do ponto de vista estrutural, as empresas contam com sede administrativa, base operacional própria, motos, veículos e sistema integrado de câmeras de vigilância. Quanto ao serviço prestado, assemelha-se àquele feito pelos vigilantes autônomos: vigilância residencial 24 horas, escolta e acompanhamento de moradores na chegada e saída de suas casas. O diferencial, no entanto, é a quantidade de agentes empregados nas atividades de vigilância, de 5 a 10 homens, e a qualidade da formação e treinamento da mão de obra. Os serviços, nesse caso, são mais caros e podem variar de R\$ 100,00 a R\$ 760,00 a depender do bairro em que é desenvolvido.

Esses agentes são, em sua maioria, vigilantes profissionais (com curso de formação e Carteira Nacional de Vigilante) e/ou agentes da segurança pública de diversas corporações. Neste mercado, a mão de obra de um agente público de segurança é mais valorizada que a de um agente da segurança privada. Os policiais trabalham armados, recebem um salário maior, ocupam posições de supervisão de equipe e servem como elo entre a empresa e a corporação policial a que pertencem. Por serem policiais, desfrutam de algumas vantagens como, por exemplo, a obtenção de informações sigilosas e prioridade no atendimento por parte da polícia, quando da ocorrência de crimes na área coberta pela empresa.

Embora exista uma concordância tácita entre as organizações com relação às áreas limítrofes de atuação para cada uma delas, há uma disputa silenciosa por território, sobretudo entre empresas e os vigilantes autônomos. Se, de um lado, os vigilantes autônomos (ou guardinhas) acusam as empresas por monopolizarem grandes áreas e oferecerem um serviço ineficiente, do outro, as empresas acusam os autônomos por falta de profissionalismo e falta de legitimidade legal para realizarem este tipo de serviço. Ouvimos, inclusive, múltiplas narrativas de casos envolvendo brigas e troca de tiros entre autônomos e policiais empregados pelas empresas.

Associações de segurança.

As associações de segurança são organizações que se declaram sem fins lucrativos. Por meio de uma estrutura formal de associação de bairro, representantes dos moradores prestam serviços de vigilância com mão de obra exclusivamente policial. Dentre as demais categorias investigadas pela pesquisa, esta é a que apresenta uma estrutura mais complexa em termos organizacionais.

Das duas associações a que tivemos acesso, em uma delas foi possível desenvolver um trabalho de observação e participação contínuo ao longo de um ano.

Já no apagar de 2016, depois de inúmeras conversas com antigos membros de organizações privadas envolvidas com a prestação de serviços de vigilância residencial, conseguimos uma espécie de carta de recomendação em nome do ex-presidente de uma das organizações empenhadas na segurança local, o senhor Ronaldo. Por meio de ligação telefônica, Ronaldo recomendou a Lucio, o presidente à época, que nos recebesse para uma conversa acerca da “importância do trabalho que realizávamos para a garantia da segurança local”. A conversa foi de imediato agendada para a semana seguinte, possibilitando a aproximação com a organização cujas atividades acompanhamos ao longo de 2017.

A organização em questão é uma associação de bairro que há 30 anos oferece serviços de vigilância residencial, através de patrulhas regulares executadas exclusivamente por agentes da segurança pública. Tal qual uma outra associação, esta possui estatuto e eleições onde são definidos os cargos de presidente, vice-presidente e coordenadores. São eles quem lidam com as questões do bairro no que tange a representação frente o poder público. Ao chegar para a entrevista com o presidente da associação, nos impressionou toda a estrutura de que dispõe esta organização: além de uma frota de oito veículos (viaturas), duas motocicletas, nas três casas no espaço da associação funcionam a sede administrativa, o dormitório do zelador e, na maior delas, a base de operação dos agentes de segurança.

Segundo os relatos de Lucio, as atividades de vigilância no bairro iniciaram quando os próprios moradores decidiram organizar rondas noturnas com o objetivo de garantir a segurança do local – ou seja, promovendo patrulhas vigilantes civis. Com o passar do tempo, decidiram profissionalizar e terceirizar essas atividades, passando a contratar policiais militares que, nos dias de folga, faziam a segurança armada, os chamados “bicos”. A associação de moradores surge nesse contexto, com o objetivo de dar um aspecto de legalidade ao serviço de segurança prestado pelos policiais - estrutura e dinâmica preservada ainda nos dias atuais – mas que em termos formais não cabe nem no enquadramento legal da segurança privada nem é plenamente considerada uma atividade ilegal.

Foi no interior da base de operação que passamos boa parte dos dias, entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, depois do presidente Lucio solicitar aos agentes de segurança que nos autorizassem a permanecer no local. Este é um

espaço e ambiente modesto, sem muito conforto e semelhante à estrutura de qualquer base policial. Logo na entrada, um quadro de avisos pendurado na parede registra os principais acontecimentos do dia; as ocorrências, as placas de carros suspeitos, os comunicados da diretoria e alguns pedidos de moradores que nele são registrados diariamente - um bom resumo do que ali acontece.

Na sala de recepção, ao lado do quadro de avisos, há também um mapa local com o número das ruas e das casas, organizados de forma a diferenciar as casas de moradores associados que contribuem financeiramente com a associação e aquelas que não contribuem. Nesta sala fica o telefone da associação, linha de contato direto entre associados e agentes de segurança, além do rádio de comunicação exclusivo aos agentes, e um aparelho de televisão quase sempre sintonizado em canais com jornalismo policial. Uma cozinha com poucos utensílios também equipa a base operacional, além de um banheiro e dois dormitórios.

Os dormitórios são considerados um elemento de qualidade da associação, um cuidado com a situação de bico dos policiais. Muito frequentemente é elogiado como o aspecto que faz ressaltar a diferença entre esta e outras associações menos profissionais. Dizem que ali há tolerância para que um policial que chega do seu turno possa descansar antes de entrar ao serviço ou mesmo que possa retirar-se para dormir um pouco durante o serviço.

Foi na sala de recepção, sentados em um banco de concreto coberto por uma fina espuma, que mantivemos as mais longas conversas com os agentes, durante suas pausas para descanso; conversas que iam desde a experiência de atuação como profissional da segurança pública (relatos quase sempre marcados pela precariedade das condições de trabalho e casos de violência policial) a questões de foro íntimo (como brigas familiares, dinâmica do casamento e relações extraconjugais). Entre um café e outro, suas impressões sobre o mundo da segurança ia aos poucos sendo revelada. Não demorou para que fôssemos convidados a acompanhar as atividades de patrulhamento. O convite chegou por meio do Senhor Valter, líder de equipe e sargento da reserva da Polícia Militar, um dos mais antigos da associação com 20 anos de trabalho.

Por empregarem apenas agentes da segurança pública, a associação possui maior proximidade com as corporações policiais da região, obtendo tratamento preferencial em caso de necessidade. Muitas vezes operam como uma extensão dessas corporações. Mesmo se hoje são comuns e estão expandidos programas de

monitoramento como “vigilância solidária”, redes de WhatsApp de avisos de segurança entre vizinhos ou, numa dimensão mais organizada, os conselhos locais de segurança (CONSEGs), os serviços vigilantes sediados em associações de bairro são muito anteriores e obtêm um reconhecimento junto às corporações policiais locais e regionais muito mais amplo.

Diariamente observamos que muitas viaturas da Polícia Militar vão à base da associação, um verdadeiro ponto de confluência de informação e de sociabilidade. Ali os policiais em serviço fazem uma pausa, tomam água, café, almoçam, jantam ou, simplesmente, passam o tempo conversando enquanto não se verificam ocorrências nas imediações. De modo geral, falam da vida, da família, de festas, bebedeiras, crimes recentes, mortes e ocorrências caricatas - que vão desde casos simples e inéditos, até os mais graves, como ameaças, agressões e humilhações públicas perpetradas por eles mesmos ou colegas de profissão.

A relação de parceria entre os agentes da associação e os agentes do policiamento de estado em serviço, se verifica não só nos momentos de descanso e descontração, mas também na ação policial. Podemos tomar um dos casos ocorridos durante o trabalho de campo como exemplo.

Próximo das 19h50, enquanto fazíamos a escolta de chegada a casa de um morador, recebemos a solicitação da base da associação para averiguar uma ocorrência na rua 72. Três moradores já haviam ligado preocupados pela movimentação de viaturas da Guarda Civil Municipal (GCM) no local. Ao concluirmos a escolta, fizemos o retorno com a viatura da associação e fomos ao endereço indicado. No local, havia apenas uma viatura da GCM com o giroflex ligado, mas nenhum guarda por perto. Rivaldo, guarda civil municipal que acompanhávamos naquele dia, pegou seu celular e ligou para a central de atendimento da GCM, se identificou como guarda que realizava “bico” de vigilante no bairro em questão e pediu informações sobre a ocorrência. Descobriu que se tratava de um furto dentro de uma residência. No entanto, era uma residência de um não-associado. Em seguida, outra viatura chega ao local e Rivaldo vai a seu encontro para tentar conseguir mais informações. Os guardas entram na residência e Rivaldo permanece na calçada do lado de fora da casa. Logo, dois guardas saem apressados com as armas em punho e, antes de entrar na viatura, um deles avisa: *“É furto de 4 notebooks! São 3 caras, pularam o muro e fugiram a pé, devem estar perto, estamos indo atrás”*. Rivaldo então pega seu celular e comunica a base da associação sobre

o que se trata, e tranquiliza-os: “É furto no 341, nem associados eles são. Vô dar um X por aqui perto e logo chamo de volta”. Rivaldo parece sentir a necessidade de justificar a falta de empenho em procurar os criminosos: “Tá, foram 3 homens... só isso? Se não sabem roupa, altura, cor, fisionomia... não sabem nada. Não dá pra fazer buscas sem saber o que buscar. E outra: aquela lá nunca nem pagou a associação... talvez agora mude de ideia, né?”, diz na nossa direção, sorrindo. Seguimos por mais algum tempo patrulhando o entorno da 72. Às 20h30, duas viaturas da Polícia Militar estacionam na frente da casa em questão. Rivaldo pega o rádio e pede para que algum PM da associação vá até o local fazer *contato*. Quem está mais próximo é o agente Renê, um cabo da reserva. Minutos depois, Renê comunica a todos pelo rádio: “Viu... Era o Tenente Castro que tava lá. Ele disse que já mandou fechar as saídas do bairro e pediu pra gente ficar atento a 3 caras de mochila. Avisa pra quem ligar na associação que já estamos resolvendo, e que já tá tudo sob controle, QSL?”. O crime não havia sido resolvido e nem mesmo os suspeitos identificados, mas tudo estava sob controle, segundo Renê. Se aprendemos bem convivendo com os agentes de segurança, isso é um exemplo claro do que chamam de “arredondar uma situação”, ou seja, manipular um acontecimento de forma que fique palatável para todos.

Durante o tempo que acompanhamos o trabalho das associações, foram poucas as situações que exigiram uma atuação mais enérgica por parte dos agentes de segurança. Boa parte do trabalho que realizam está sintetizado nestas linhas, e pode ser definido como uma atividade que busca fundamentalmente inibir crimes contra o patrimônio por meio da presença humana. Não só neste caso, mas em todas as outras organizações, a ideia de prevenção é fundamental, uma vez que após a ocorrência dos crimes, não há muito o que fazer para além de orientar as vítimas, comunicar as autoridades públicas e tentar tranquilizar a vizinhança.

Diferentemente do combate à violência, nestes domínios da vigilância privada, que estão longe de poder ser aparatosos ou exhibir abertamente os problemas criminais da área, as organizações e os agentes de segurança cumprem o papel de vender o que no meio empresarial se chama de “sensação de segurança”. Os moradores devem imaginar que estão seguros, embora não estejam completamente. Não é só por meio das ações de vigilância e policiamento que estes vigilantes buscam transmitir aos moradores essa sensação. Fazem-no também a partir da demonstração de conhecimento e controle das ocorrências, o que só é

possível porque têm acesso privilegiado às informações sigilosas em poder das corporações policiais às quais a maioria pertence. Nesse sentido, além da experiência prática com patrulhamento, a rede de relações pessoais e profissionais na qual o agente de segurança está integrado, torna-se o elemento de distinção positiva em relação a outros agentes da segurança privada. Portanto, quanto mais experiência o agente tiver, quanto maior for sua rede de relações e influência (o que é definitivo para a rapidez e qualidade das informações recebidas), melhor situado estará o agente de segurança neste mercado de subcontratação informal das proteções privadas que lhe oferecem ganhos extra.

Podemos dizer que a atuação dos agentes de segurança os faz ser mais do que microempreendedores. São importantes atores na execução do policiamento urbano e na construção da ideia de segurança ou insegurança locais. As organizações de segurança, por sua vez, são as estruturas que agregam esses agentes e dão corpo à atuação coletiva minimamente organizada. Na prática cotidiana de suas atividades, os agentes agem com elevado grau de liberdade, ao mesmo tempo em que transitam entre o público e o privado, o legal e o ilegal, o trabalho voluntário e o trabalho pago, mobilizando os recursos disponíveis a seu favor, afim de legitimar e qualificar sua atuação. São, portanto, agentes no sentido amplo da palavra.

Considerações finais.

À medida que supostas soluções para problemas como violência e insegurança vão sendo assimiladas pelo mercado, a promessa de viver em segurança em bairros residenciais tem criado múltiplas formas de compra e venda da “sensação de segurança”, com especial destaque para serviços de monitoramento local e vigilância privada. Mostramos que os mercados de proteção privada, sobretudo em bairros com ruas consideradas desprotegidas ou insuficientemente patrulhadas pelo sistema de segurança pública, são povoados por dinâmicas de segurança onde agentes do estado participam enquanto vigilantes privados. Como nos disse um empresário de segurança privada: “o mercado da segurança na cidade de Campinas está dominado por policiais. Tem empresas de segurança privada sim, mas tem muitas empresas, associações e particulares que subcontratam policiais”. Policiais são, nesse sentido, uma das possibilidades plausíveis para efetuar um serviço de vigilância e monitoramento fora da escala de

serviço das suas corporações, o que no enquadramento legal atual definido e fiscalizado pela Polícia Federal os situa em uma área indefinida entre irregular e clandestino.

Autônomos, empresas e associações que se alimentam de agentes de vigilância estatais e não estatais se configuram em geral como serviços híbridos, moral e legalmente indefinidos, cujo estatuto e limites de atuação ninguém conhece ao certo. Curiosamente, são estes agentes do estado, sobretudo na condição de policiais militares e guardas municipais, que dão sentido social à indefinida noção de *vigilante* (quando pensada na língua inglesa). Por definição, *vigilante* é um civil ou organização que atua com alguma capacidade de aplicação da lei (ou na busca de justiça autônoma) sem autoridade legal. No caso, o agente de estado, embora com autoridade legal, atua na vez do agente civil ou organização, o que o coloca exatamente numa situação liminar. A noção de vigilante e as práticas que envolve oscilam entre dois grandes referenciais. A atividade vigilante e a atividade miliciana podem facilmente se confundir, sobretudo quando a busca por autonomia na justiça é levada às últimas consequências. A vigilância pode também, e isso parece ser o mais frequente nos bairros residenciais do interior paulista, recapturar a antiga noção de vigilantismo: privados e organizações procurando atuar na prevenção criminal em nome de moradores preocupados com suas vidas e patrimônios, mas em troca de um pagamento que é perspectivado como um seguro ou um subsídio ao bem-estar, se transformando facilmente numa obrigação moral e numa barganha obscura.

Esta análise busca detectar uma realidade empírica combinada e competitiva da vigilância privada local em bairros residenciais, tendo em conta a iniciativa comercial e laboral da atividade, rotinas e benefícios, tentando claramente ir além dos limites institucionais de legalidade ou das atividades. Tanto guardas, pequenos empresários e agentes do estado em hora extra são perspectivados como empreendedores, buscando na oportunidade de oferta difusa de segurança paga a moradores. A presença dos agentes de estado no trabalho *vigilante* extra-corporação, levanta questões adicionais. Em bairros residenciais, não é incomum estes ganharem protagonismo na competição por estas oportunidades de vender sensação de segurança. Por já trabalharem na área da segurança e pela pertença a corporações, estes consideram, enquanto agentes fardados, incorporar a própria ideia de segurança. Pelo sonho de proteção ou medo, ou ambos, estes fardados são

mantidos nos bairros como permanentes *vigilantes* cuja eficácia ou limites da atuação a maior parte dos moradores desconhece.

Referências

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34 / Edusp, 2000.
- COMAROFF, John. Forward. In: GARRIOTT, William. *Policing and Contemporary Governance: The anthropology of police in practice*. Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2013.
- CUBAS, Viviane. *Segurança Privada: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2005.
- DURÃO, Susana; DARCK, Marcio. *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- FENAVIST. 5º Estudo do Setor da Segurança Privada. Disponível em: <http://www.fenavist.com.br/static/media/essegs/ESSEG_V.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2019.
- FERNANDES, Luís; RÊGO, Ximene. Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*; volume 15 (1), França, 23 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/869>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.
- GARRIOTT, William. Police in practice: Policing and the the project of contemporary governance. In: *Policing and Contemporary Governance: The Anthropology of police in practice*. Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2013.
- HUGGINS, Martha. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *CADERNO CRH*, v. 23, n. 60, Salvador, Set/Dez. 2010.
- PORTAL G1. Em SP, dois terços das empresas de segurança privada são clandestinas. *Portal de Notícias G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/03/em-sp-dois-tercos-das-empresas-de-seguranca-privada-sao-clandestinas.html>>. Último acesso: 25 de setembro de 2018.
- WEBER, Max. *Economy and Society: An outline of interpretative sociology*, Berkeley University of California Press, 1978.
- ZANETIC, André. *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime*. São Paulo, FFLCH /USP, 2010.
- ZANETIC, André. Transformações urbanas, dinâmicas criminais e ações preventivas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 2, São Paulo, Ago/Set 2013.